

# Magistrados cortam relações com Ministério da Justiça

**Posição.** Juizes e procuradores esperavam revisão dos respetivos estatutos ainda durante esta legislatura. Mas ministra recuou

CARLOS RODRIGUES LIMA

A Associação Sindical dos Juizes (ASJP) anunciou, ontem, o corte de relações institucionais com o Ministério da Justiça, considerando que houve “uma quebra irreparável e definitiva na confiança institucional” no processo de revisão dos estatutos profissionais. Há duas semanas, já tinha sido o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) a acusar a ministra Paula Teixeira da Cruz de “má fé”.

“Uma violação grave dos deveres de verdade e lealdade institucionais que devem pautar a relação de um ministro da Justiça com os juizes e com a sua Associação.” Foi desta forma que a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, liderada pela juíza Maria José Costeira, classificou a atuação da ministra no âmbito do processo de revisão dos estatutos da classe.

Esta mudança dos estatutos – que corre em paralelo com a revisão dos dos magistrados do Ministério Público – foi apontada desde o início como uma peça-chave da reforma da organização do sistema judiciário, que inclui o novo mapa judiciário. Paula Teixeira da Cruz sempre disse que queria ver os estatutos aprovados ainda durante esta legislatura, mas nos últimos tempos o processo foi ficando parado.



**Maria José Costeira fala em “violação grave dos deveres de verdade”**

Na sua última ida ao Parlamento, à Comissão de Assuntos Constitucionais, a ministra já não deu garantia de aprovação do documento e revelou que a proposta estava a ser avaliada pelo ministério das Finanças, uma vez que tinha implicações orçamentais. Em causa estavam aumentos de vencimentos para os magistrados, sendo que Paula Teixeira da Cruz afirmou então que não eram exequíveis.

Foi nesta altura que o recém-eleito presidente do SMMP, António Ventinhas, veio a público denunciar “má fé” da ministra e acusá-la de “manipulação de informação” e de protagonizar uma “farsa incompreensível e inqualificável”.

Em comunicado, a estrutura sindical dos procuradores afirmou

que Paula Teixeira da Cruz “deu a entender que não tinha qualquer relação com os grupos que realizaram os trabalhos de revisão dos Estatutos, fazendo crer que os mesmos eram uma realidade estranha ao Ministério da Justiça” quando, na verdade, os grupos até foram presididos pelo próprio secretário de Estado da Justiça.

Ontem, a ASJP, também em comunicado, afirmou lamentar a “atuação da senhora ministra da Justiça no processo de revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais, associada às recentes declarações que proferiu na Comissão Parlamentar”. Porque, afirmam os magistrados, “querer responsabilizar os juizes por um fracasso político pessoal, usando para tanto argumentos falaciosos, que não correspondem à verdade, não é compatível com as qualidades políticas exigíveis a uma ministra da Justiça e traduz uma desconsideração intolerável para com os juizes”.

No seu comunicado, a ASJP dá já como certo que a ministra e a sua equipa “falharam o cumprimento do programa do governo para a justiça, deixando inacabada a reforma da organização do sistema judiciário e não concluindo o processo de revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais”. Contactado pelo DN, o Ministério da Justiça não quis comentar.